

Policy Memo

# Engajamento e Participação na Construção da Estratégia Transversal de Meios de Implementação (ETMI) do Plano Clima

Dezembro de 2025



## Projeto

Subsídios para a Estratégia Transversal de Meios de Implementação: Diálogos com Especialistas e Atores-Chave

## Apoio financeiro

Instituto Clima e Sociedade (iCS)

## Realização

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces)

## Coordenação Geral

Fernanda Cassab Carreira

## Coordenação Executiva

Guarany Ipê do Sol Osório

## Equipe

Guilherme Borba Lefèvre

Gustavo Velloso Breviglieri

Layla Nunes Lambiasi

Marina Esteves Vergueiro de Almeida

Samir Luna

## Diagramação

José Roosevelt Junior | Mediacts



## Sumário

<b>1.</b>	Introdução e objetivos	<b>4</b>
<b>1.1.</b>	Papéis e responsabilidades	<b>5</b>
<b>2.</b>	Metodologia	<b>6</b>
<b>3.</b>	Resultados	<b>7</b>
<b>3.1.</b>	Diálogo sobre Financiamento para Adaptação e Resiliência Urbana	<b>7</b>
<b>3.2.</b>	Diálogo sobre Financiamento para Agricultura e Pecuária de Baixo Carbono e Sistemas Alimentares Sustentáveis	<b>7</b>
<b>3.3.</b>	Diálogo sobre Financiamento para Descarbonização na produção e no uso de energia e de processos industriais	<b>8</b>
<b>3.4.</b>	Diálogo sobre Financiamento para Recuperação da Vegetação Nativa	<b>9</b>
<b>4.</b>	Discussão	<b>10</b>
<b>5.</b>	Considerações finais	<b>13</b>
<b>6.</b>	Referências	<b>14</b>



# 1. Introdução e objetivos

O estabelecimento de meios de implementação é um dos principais desafios para o avanço das ações de mitigação e adaptação climática nos diversos setores da economia. Para tanto, a construção de diretrizes efetivas demanda participação qualificada de especialistas e atores-chave em temas centrais para a implementação, como regulação, finanças, pesquisa e desenvolvimento e mecanismos de cooperação internacional. A Estratégia Transversal de Meios de Implementação do Plano Clima (ETMI) visa indicar os instrumentos financeiros disponíveis através de diretrizes e recomendações em áreas prioritárias para o avanço do financiamento climático no Brasil. A Estratégia focaliza também outros meios de implementação para além dos instrumentos financeiros: medidas associadas à transferência de tecnologias e ao fortalecimento de capacidades, entre outros. O projeto em questão foi idealizado para oferecer subsídios para a estruturação da ETMI, através da consulta a atores-chave representantes de segmentos da sociedade civil, da academia e dos setores empresariais que atuam no território brasileiro.

A escuta e a coleta de contribuições à ETMI foram realizadas através de dois (02) seminários virtuais e expositivos, mas com possibilidade de perguntas e respostas do público, seguidos por cinco (05) oficinas de grupos focais presenciais e, por último, uma (01) atividade de divulgação da consulta pública da ETMI durante a COP30. Em detalhe:

## Seminários virtuais:

- 1) Lançamento do processo de elaboração da Estratégia Transversal de Meios de Implementação (ETMI)
  - 21 de agosto de 2025 no canal de Youtube do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (@mmeioambiente)
- 2) Divulgação da consulta pública da Estratégia Transversal de meios de implementação
  - 04 de dezembro de 2025 no canal de Youtube do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (@mmeioambiente)

## Oficinas presenciais:

- 1) Diálogo com a Sociedade Civil;
  - 26 de agosto de 2025 na Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro (RJ).
- 2) Diálogo sobre Financiamento para Adaptação e Resiliência Urbana;
  - 27 de agosto de 2025 na Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro (RJ)



- 3) Diálogo sobre Financiamento para Agricultura e Pecuária de Baixo Carbono e Sistemas Alimentares Sustentáveis;  
- 30 de setembro de 2025 na Fundação Getulio Vargas em São Paulo (SP)
- 4) Diálogo sobre Financiamento para Descarbonização na produção e no uso de energia e de processos industriais;  
- 01 de outubro de 2025 na Fundação Getulio Vargas em São Paulo (SP)
- 5) Diálogo sobre Financiamento para Recuperação da Vegetação Nativa;  
- 02 de outubro de 2025 no Centro de Referência em Conservação da Natureza de Áreas Degradadas da Universidade de Brasília (CRAD-UnB) em Brasília (DF)

### Evento presencial (COP30):

- 1) Meios de Implementação do Plano Clima: Fortalecendo conexões entre Governos, Empresas, Sociedade Civil, Academia e Setor Empresarial  
- 14 de novembro de 2025 no Pavilhão Belém + 10 na Zona Verde na COP30 em Belém (PA).

As oficinas tiveram dois principais objetivos: o primeiro foi apresentar o processo de construção da ETMI apoiada em instrumentos financeiros disponíveis, diretrizes, recomendações e temas prioritários para o avanço da agenda de financiamento climático no Brasil; o segundo, foi promover momentos de escuta qualificada e de coleta de percepções, opiniões e demais contribuições junto a representantes-chave do setor privado, sociedade civil, entes subnacionais e instituições financeiras sobre os meios necessários para viabilizar a implementação efetiva do Plano Clima.

Já o presente Policy Memo tem como objetivo principal garantir a memória institucional do processo de construção participativa da ETMI. Ao mesmo tempo, o Policy Memo visa resumir as contribuições oferecidas durante as dinâmicas participativas, para que sirvam como insumo e memória para as próximas etapas do ciclo da política pública - como o monitoramento e a avaliação.

### 1.1. Papéis e responsabilidades

De início, cabe destacar quais organizações estão envolvidas no processo de construção da ETMI e quais são seus respectivos papéis:

- O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Fazenda (MF) lideraram conjuntamente o processo de construção da ETMI.
- As consultoras independentes Juliana Agostino e Annelise Vendramini auxiliaram o MMA e MF na elaboração da ETMI.
- O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) foi responsável pela condução de encontros entre Governo Federal e atores-chave.
- O Instituto Clima e Sociedade (ICS) foi responsável pelo financiamento das atividades previstas na construção da ETMI.

## 2. Metodologia

Para a condução dos diálogos temáticos com a sociedade adotou-se a abordagem metodológica de *grupos focais*, uma técnica de pesquisa qualitativa derivada de entrevistas em grupo para a coleta de informações por meio da interação entre os participantes, sendo esta troca uma fonte essencial de coleta de dados (Trad, 2009). O objetivo desta abordagem esteve em coletar percepções, experiências e recomendações estratégicas de especialistas e atores-chave sobre os desafios e oportunidades relacionados aos meios de implementação do Plano Clima no âmbito da ETMI.

Os participantes foram alocados de forma aleatória em grupos de discussão, que variaram de acordo com os temas explorados por cada uma das oficinas. Aos participantes foram apresentados temas preliminares, identificados como particularidades e desafios das agendas, para guiar a discussão. Os participantes foram, então, estimulados a contribuir a partir dos temas propostos, ficando livres para trazer qualquer tópico de seu interesse, ainda que não listados previamente. Os grupos de discussão tiveram duração de aproximadamente 1 hora e as conversas foram gravadas com a autorização dos participantes.

Após o evento, o conteúdo das gravações foi transcrito e analisado a partir de uma abordagem indutiva (Bardin, 2011). A análise é definida como indutiva por ter sido guiada por uma lista de temas preliminares definidos como “particularidades e desafios” da agenda, elaborada no âmbito da pesquisa conduzida pela equipe responsável pela ETMI. Esta listagem foi apresentada aos participantes. A partir de trechos das falas dos(as) entrevistados(as), foram identificadas categorias preliminares associadas aos temas inicialmente sugeridos. As categorias preliminares foram reorganizadas em categorias consolidadas, estabelecendo nomes e definições claras. Esta sistematização foi realizada com apoio de ferramenta de inteligência artificial, com revisão, ajustes e complementação pelos pesquisadores envolvidos, de maneira a representar o conteúdo das transcrições de forma integral e adequada.

Assim, as etapas metodológicas envolveram: seleção de trechos e alocação em temas preliminares sugeridos pela equipe responsável pela ETMI; agrupamento dos trechos em categorias preliminares; definição de categorias consolidadas; organização de uma matriz de análise temática contendo os trechos representativos extraídos, as categorias consolidadas e uma interpretação preliminar dos resultados; detalhamento da interpretação preliminar nas sessões de “resultados”, por último foram elaboradas imagens relacionando as categorias consolidadas entre si. As duas últimas etapas, dos relatórios das oficinas, as seções de discussão e conclusões finais, foram elaboradas sem o uso de inteligência artificial e consolidadas em relatórios finais por diálogo.



# 3. Resultados

Com exceção do primeiro encontro “Diálogo com a Sociedade Civil”, que foi pensado como um momento para apresentação da ETMI seguida por uma dinâmica de perguntas e respostas por parte dos(as) participantes, as quatro demais atividades contaram com as dinâmicas de grupos focais, esses encontros serão denominados doravante como “oficinas”. Para cada uma das oficinas foi consolidado um relatório final com atenção aos principais argumentos trazidos pelos entrevistados(as). Esta sessão irá apresentar os principais resultados das oficinas em termos de conteúdo da contribuição dos participantes.

## 3.1. Diálogo sobre Financiamento para Adaptação e Resiliência Urbana

Os grupos focais sobre financiamento climático para adaptação e resiliência urbana revelaram consensos entre participantes, destacando como principais desafios a baixa capacidade técnica e financeira dos municípios, sobretudo os menores, para acessar recursos, elaborar projetos e compreender suas próprias demandas de adaptação. As barreiras incluem a burocracia e os critérios de elegibilidade dos fundos, além da limitação orçamentária e da capacidade de endividamento municipal. Houve também concordância quanto à necessidade de fortalecer e capacitar municípios, reorganizar orçamentos públicos com foco na adaptação e desenvolver metodologias claras de categorização de projetos. Divergências apareceram sobre as prioridades imediatas: enquanto alguns defenderam mais capacitação antes de expandir recursos, outros viram o aumento do volume financeiro como essencial para impulsionar a agenda.

Os debates também ressaltaram a importância de critérios sólidos de classificação de riscos e benefícios climáticos, bem como de uma maior integração interfederativa e estabilidade política, já que os ciclos eleitorais interrompem a continuidade de ações e dados. A responsabilização dos gestores públicos e o engajamento do setor privado foram apontados como fundamentais para ampliar o financiamento.

Foi possível observar convergências entre as categorias analisadas, como exemplo, a limitações de crédito, a má alocação de recursos e as fragilidades de governança se reforçam mutuamente. Assim, a consolidação de estruturas de gestão coesas, metodologias robustas e um ambiente regulatório estável, apareceram nos grupos focais, como condições indispensáveis para a expansão do financiamento público e privado à adaptação climática.

## 3.2. Diálogo sobre Financiamento para Agricultura e Pecuária de Baixo Carbono e Sistemas Alimentares Sustentáveis

Os grupos focais sobre meios de implementação para a Agricultura e Pecuária de



Baixo Carbono e Sistemas Alimentares Sustentáveis destacaram entraves relacionados ao acesso ao financiamento público, sobretudo à dependência e à burocracia do Plano Safra<sup>1</sup>. Produtores, grandes e pequenos, enfrentam dificuldade em comprovar ações de mitigação e acessar linhas de crédito voltadas à descarbonização, além de não serem recompensados por boas práticas climáticas. A ausência de clareza sobre o que caracteriza um projeto climático e lacunas em programas como o RenovAgro<sup>2</sup> agravam a situação, enquanto o excesso de exigências formais e a lentidão na análise de cadastros, como o CAR, bloqueiam o acesso a recursos sustentáveis.

Os participantes também apontaram que o problema não é necessariamente a falta de recursos, mas sua má destinação e a competição orçamentária com outras áreas públicas. Defendeu-se a necessidade de adequar linhas de crédito e assistência técnica às especificidades regionais do país e integrar melhor as esferas de governo, evitando sobreposições e contradições regulatórias. Para os participantes, a governança do Plano Clima deveria incorporar aspectos ambientais complementares à agenda de carbono, como gestão de bacias hidrográficas e restauração da vegetação nativa em reservas legais. Por fim, destacou-se o potencial do *blended finance*, a combinação de recursos públicos e privados, para ampliar o acesso de pequenos e médios produtores a financiamentos climáticos.

### 3.3. Diálogo sobre Financiamento para Descarbonização na produção e no uso de energia e de processos industriais

A oficina sobre financiamento para descarbonização na produção e no uso de energia e processos industriais reuniu representantes de diferentes setores para debater os meios de implementação da transição energética, com foco nos eixos de Setor Elétrico, descarbonização de combustíveis e bioenergia e do setor da indústria. O formato em grupos focais favoreceu a troca de perspectivas e a identificação de barreiras e oportunidades comuns, revelando a importância da integração entre políticas, segurança regulatória, previsibilidade e infraestrutura adequada para viabilizar o avanço do Plano Clima. De modo geral, as discussões indicaram que o desafio central não está na escassez de recursos financeiros, mas na ausência de condições habilitadoras e na fragmentação de políticas e regulações. Em todos os eixos, reforçou-se que a transição depende de um ambiente institucional estável, planejamento integrado e incentivos ajustados às especificidades regionais e produtivas.

No setor elétrico, destacou-se o paradoxo entre a oferta de energia renovável e a insuficiência da infraestrutura de transmissão, o que gera riscos operacionais e incertezas de investimento. Houve consenso sobre a necessidade de regulação previsível, modernização de licenciamento e diversificação da matriz para garantir estabilidade, incluindo o uso estratégico de fontes tradicionais. Já no segmento de combustíveis e bioenergia, o debate apontou para a urgência de redirecionar subsídios fósseis, forta-

1 Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/06/plano-safra-2025-2026>.

2 Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/renovagro>.



lecer certificações de baixo carbono, integrar os planos de energia e transporte e consolidar marcos regulatórios que incentivem inovação, uso de biometano e o avanço do programa Combustível do Futuro.

Na indústria, os principais entraves identificados envolveram o risco tecnológico e o retorno incerto de investimentos em baixa emissão, a dificuldade de acesso a crédito e a heterogeneidade setorial. A falta de infraestrutura, de reconhecimento internacional e de clareza regulatória também limita a competitividade e a adesão às pautas climáticas. Os(as) participantes defenderam políticas segmentadas por tipo de indústria, fortalecimento da cooperação internacional e maior articulação entre políticas públicas e instrumentos de financiamento.

### 3.4. Diálogo sobre Financiamento para Recuperação da Vegetação Nativa

Os grupos focais sobre Recuperação da Vegetação Nativa destacaram convergências em torno da necessidade de ampliar e tornar mais eficientes as fontes de financiamento, majoritariamente públicas e multilaterais (via BNDES ou via linhas de crédito disponíveis no Fundo Clima<sup>3</sup>, e Planaveg<sup>4</sup>), que ainda não geram um “efeito multiplicador” nem modelos “autossustentáveis”. Novos instrumentos, como *blended finance*, fundos garantidores e equity (investimento direto) climático, são vistos como promissores, mas ainda distantes da prática. As principais barreiras apontadas envolvem a insegurança fundiária, a burocracia e o desalinhamento entre oferta e demanda: produtores rurais percebem a restauração como atividade de alto custo e baixo retorno, agravada pela falta de capacitação técnica e de políticas de crédito articuladas com assistência técnica e regularização de terras.

Os participantes ressaltaram também a ausência de instrumentos financeiros adequados ao perfil da restauração, marcada por alto risco e retorno lento. Propôs-se, portanto, a criação de fundos garantidores com “primeira perda pública” para desbloquear o crédito e atrair investimento privado. Outras lacunas incluem a fragmentação institucional, a falta de coordenação entre órgãos, a imprevisibilidade regulatória e a carência de sinalizações econômicas como pagamentos por serviços ambientais e precificação de carbono. De forma convergente, foram apontados três eixos prioritários de ação: integração de instrumentos financeiros, técnicos e fundiários; adoção de mecanismos híbridos de financiamento público-privado; e estímulo a modelos de negócio replicáveis, como restauração produtiva, sistemas agroflorestais e bioeconomia.

3 Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima>.

4 Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbio/dflo/plano-nacional-de-recuperacao-da-vegetacao-nativa-planaveg>.



**Tabela 1: relação entre oficinas, principais desafios e barreiras, propostas e convergências apresentada pelos participantes durante as dinâmicas de grupos focais.**

Oficina	Principais desafios e barreiras	Propostas e convergências
Financiamento para Adaptação e Resiliência Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Baixa capacidade técnica e financeira dos municípios, especialmente os menores.</li> <li>› Burocracia e critérios restritivos de acesso a fundos.</li> <li>› Ciclos políticos que interrompem ações e planejamento.</li> <li>› Falta de integração e metodologias robustas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Fortalecer capacidades municipais e reorganizar orçamentos com foco na adaptação.</li> <li>› Criar critérios claros de classificação de projetos e riscos.</li> <li>› Ampliar integração interfederativa e engajamento privado.</li> <li>› Consolidar estruturas de governança e estabilidade regulatória.</li> </ul>
Financiamento para Agricultura e Pecuária de Baixo Carbono e Sistemas Alimentares Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Acesso difícil ao crédito do Plano Safra e burocracia excessiva.</li> <li>› Falta de clareza sobre o que é projeto climático e lacunas em programas como RenovAgro.</li> <li>› Lentidão em cadastros (CAR) e sobreposição de políticas.</li> <li>› Má alocação orçamentária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Adequar crédito e assistência técnica às realidades regionais.</li> <li>› Integrar melhor as esferas de governo e evitar sobreposições.</li> <li>› Incorporar aspectos ambientais complementares (bacias, restauração).</li> <li>› Expandir uso de <i>blended finance</i> para pequenos e médios produtores.</li> </ul>
Financiamento para Descarbonização na Produção e Uso de Energia e Processos Industriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Fragmentação de políticas e regulação incerta.</li> <li>› Falta de infraestrutura e previsibilidade.</li> <li>› Risco tecnológico e retorno incerto de investimentos de baixo carbono.</li> <li>› Barreiras específicas: transmissão insuficiente (energia), subsídios fósseis (combustíveis), heterogeneidade setorial (indústria).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Integrar políticas e garantir segurança regulatória e planejamento de longo prazo.</li> <li>› Modernizar licenciamento e diversificar a matriz energética.</li> <li>› Redirecionar subsídios fósseis e fortalecer certificações de baixo carbono.</li> <li>› Estimular cooperação internacional e instrumentos financeiros setoriais.</li> </ul>
Financiamento para Recuperação da Vegetação Nativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Dependência de fundos públicos e multilaterais insuficientes.</li> <li>› Insegurança fundiária e burocracia.</li> <li>› Falta de interesse e capacitação técnica dos produtores.</li> <li>› Inadequação dos instrumentos financeiros ao perfil da restauração (alto risco, retorno lento).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Criar fundos garantidores com “primeira perda pública”.</li> <li>› Integrar crédito, assistência técnica e regularização fundiária.</li> <li>› Adotar mecanismos híbridos como blended finance.</li> <li>› Promover modelos replicáveis (restauração produtiva, SAFs, bioeconomia).</li> <li>› Fortalecer coordenação institucional e sinalizações econômicas (PSA, carbono).</li> </ul>

Fonte: Wern *et al.* (2016); ONS (2025)



# 4.

## Discussão

Ao longo das últimas três décadas, a participação social nas políticas públicas brasileiras ganhou espaço e se tornou cada vez mais relevante para nortear a ação do Estado. A princípio, as práticas de participação social no Brasil emergiram como resposta às limitações dos modelos centralizados de construção de políticas públicas e ganhou força com a redemocratização - até se consolidar em arranjos institucionais como conselhos, conferências e orçamentos participativos (Milani, 2008). Em muitos contextos, a participação social ganhou tração por meio de metodologias de consulta e/ou deliberação aproximando os gestores públicos dos grupos sociais impactados pela(s) política(s). A participação social passou a ser compreendida como uma prática constante e necessária em todas as etapas de construção de políticas mais aderentes às realidades experienciadas pela população e com maior êxito em termos de implementação.

As oficinas conduzidas com a dinâmica de *grupos focais* revelaram diversos pontos de convergência entre os participantes, assim como eventuais discordâncias em torno de alguns entendimentos. A análise das categorias identificadas nos temas inicialmente propostos, caracterizados enquanto particularidades e desafios da agenda, oferece contribuições importantes para a compreensão das principais barreiras impostas e possibilidades existentes para a implementação do Plano Clima.

Para além de se discutir o tema específico de cada uma das oficinas, os espaços de participação promovem uma reflexão sobre si mesmos: sua eficiência e suas limitações enquanto uma prática de construção colaborativa de políticas públicas. O recém-publicado Policy Landscape Analysis “Governança, Participação e Dados: Perspectivas para uma Política Climática Efetiva no Brasil” elaborado pelo FGVces no âmbito da construção de espaços participativos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação do Plano Clima. A iniciativa mapeou, junto aos representantes sociais, pontos centrais para a garantia de uma política pública participativa e eficaz. Em resumo, os participantes identificaram como pontos cruciais da participação social<sup>5</sup>:

- ▶ A necessidade de se garantir **“legitimidade” da política pública através do “buy-in” dos atores sociais**: o engajamento desde o início do processo fortalece a aceitação e a continuidade das ações;
- ▶ A **promoção e perenidade das estruturas de governança**: a continuidade das políticas depende de arranjos institucionais resilientes e multissetoriais;

<sup>5</sup> Parte dos achados expressos no Policy Landscape Analysis que versam sobre a participação social em na construção de políticas públicas.



- ▶ A reflexão sobre **deliberação vs. Consulta**: a fim de reforçar que uma participação efetiva requer espaços de deliberação estruturada, em complemento a consultas formais e;
- ▶ A atenção à **sensibilidade territorial (subsidiariedade)**: as ações devem respeitar as especificidades locais e promover governança descentralizada.

Com isso, percebemos que os espaços de participação social integram diferentes camadas de envolvimento dos participantes com a construção da política pública, funcionando não apenas como arenas de debate dos temas da agenda climática em questão, mas também como instrumentos de autorreflexão entre os envolvidos. Ao colocar em prática consultas, deliberações e arranjos colaborativos, esses espaços testam e avaliam continuamente seus próprios modos de operação, revelando seus limites, potencialidades e requisitos para uma participação efetiva. Assim, a participação deixa de ser apenas um meio para produzir conteúdo político e passa a ser, simultaneamente, um objeto de aprimoramento. Nesse sentido, reconhecer e fortalecer esses múltiplos níveis de participação é fundamental para consolidar processos decisórios mais legítimos, responsivos e aderentes às complexidades do enfrentamento da crise climática no Brasil.

# 5. Considerações finais

A escolha por um processo participativo para a construção de uma política climática de nível nacional no Brasil busca garantir a perenidade da política pública e sua efetiva implementação. Em consonância com os principais pontos trazidos pelos participantes ao longo dos diálogos e oficinas, esse Policy Memo recomenda que os próximos ciclos de atualização do Plano Clima considerem:

- 1) O estabelecimento de um **cronograma** amplo, prévio, dividido em fases e com objetivos claros de maneira a instruir a participação social;
- 2) Um maior número de **sessões participativas** nos diferentes momentos do ciclo de política pública;
- 3) A adoção de **diferentes formatos** de participação para a coleta de insumos (oficinas abertas e para especialistas, consultas públicas, rodas de diálogo, seminários, webinários etc.), ampliando a diversidade de atores e de regiões representadas;
- 4) A promoção de processos de **deliberação efetiva** em complementação aos momentos de consulta pública;
- 5) **Comunicação e divulgação** ampla por canais oficiais do Governo para incentivar a participação de públicos especializados e do cidadão comum na matéria climática.

As oficinas realizadas para a contribuição da ETMI procuraram oferecer um espaço de participação social voltado para a escuta e recebimento de contribuições de especialistas em cada um dos temas propostos para a identificação de barreiras, oportunidades e sinergias. A participação social durante o processo de construção teve como principais objetivos: garantir a devida implementação da ETMI e do Plano Clima pela legitimidade da política pública através do “*buy-in*” dos atores-chave, representantes dos setores previamente definidos pelos gestores públicos; estimular a perenidade das estruturas de governança via arranjos institucionais abertos ao recebimento de contribuições; aperfeiçoar a capacidade técnica e institucional para incluir momentos de consulta e deliberação do processo.

Espera-se que este Policy Memo sirva como memória do processo de construção da ETMI e que auxilie os próximos processos de participação no âmbito do Plano Clima, considerando as recomendações técnicas provenientes das oficinas, mas também as recomendações sobre a forma de se construir espaços de participação.



# 6. Referências

Bardin, Laurence. (2011) *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Trad, Leny A. B. (2009) *Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/?format=pdf&lang=pt>.

Milani, Carlos R. S. (2008) *O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias*. Rev. Adm. Pública 42 (3) • Jun 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/w8Sd7tHxv3dHcLmgW5DrpZs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 04 de dezembro de 2025.



Policy Memo

# Engajamento e Participação na Construção da Estratégia Transversal de Meios de Implementação (ETMI) do Plano Clima

Dezembro de 2025



FGV EAESP

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE